

Coberturas da Guerra do Ultramar, 1961-1974

Parte I

O eclodir da luta armada em África não apanhou Portugal inteiramente desprevenido. A crescente pressão da União Indiana sobre o Estado Português da Índia e a criação, em 1958, do primeiro movimento de libertação de Angola levaram o exército a antecipar possíveis conflitos armados, para os quais seriam seguramente necessários novos uniformes. Assim, pela determinação n.º 14, de 28 de Setembro de 1960, publicada na *Ordem do Exército* n.º 7, da 1.ª série, de 30 de Setembro desse ano, foram criados três novos uniformes: dois uniformes de campanha normal de cor *caqui* (uniformes 2-A, para o Verão; e 2-B, para o Inverno) e um uniforme de campanha especial, camuflado (uniforme 2-C). Dos uniformes de campanha normal faziam parte dois barretes: o *barrete 2-A*, em algodão e o *barrete 2-B*, em lã e fibra (fig. 1 e 2). Foi também adoptado um novo *barrete de bivaque*, semelhante ao *barrete de campanha* do modelo de 1948, mas de cor *caqui*. O uniforme de campanha especial, primeiro uniforme camuflado do Exército português, destinava-se apenas a caçadores ou operações especiais. Podia ser usado com capuz (fig. 3) e incluía o *barrete 2-C*, inspirado no *casquette Bigeard* usado pelos franceses na Indochina (fig. 4). O uso do uniforme de campanha camuflado foi generalizado a todo o pessoal pela determinação n.º 11, de 31 de Julho de 1961, publicada na *Ordem do Exército* n.º 8, da 1.ª série, de 31 de Julho desse ano. O novo uniforme, designado *uniforme 2-G* incluía um novo barrete camuflado, o *barrete 2-G* (fig. 5). Para substituir o *barrete de bivaque* de cor *caqui* foi criado um *barrete de bivaque* em sarja de algodão cinzenta. Mais tarde, pela determinação n.º 17, de 31 de Dezembro de 1963, publicada na *Ordem do Exército* n.º 12, da 1.ª série, de 31 de Dezembro desse ano, o *barrete 2-G* foi abolido e o *barrete 2-C* novamente adoptado. Em 1964 foi introduzido, por circular n.º 2/E de 10 de Março da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército, um uniforme de trabalho, designado por *uniforme n.º 3*. A sua cobertura, designada como *barrete n.º 3* (fig. 6), era confeccionada em tecido de algodão de cor verde azeitona.

A primeira boina militar portuguesa foi adoptada, em 1955, para os caçadores pára-quedistas (fig. 7). O seu uso estendeu-se à Armada, com a introdução da boina azul-ferrete para os fuzileiros e ao Exército, com a adopção da boina castanha para os caçadores e especialistas em operações especiais (fig. 8 a 12).



Fig. 1 e 2: *Barrete 2-A*, modelo de 1960. Semelhante ao *barrete 2-B*, era confeccionado em algodão e por isso mais fresco. Esta cobertura possuía um cobre-nuca e dois tapa-orelhas, que se podiam fixar sobre a copa.



Fig. 3: Capuz para o *uniforme 2-C*, modelo de 1960. O capuz adaptava-se a uma abotoadura existente na gola do *dolman* e podia ajustar-se por meio de um cordão existente na bainha inferior.



Fig. 4: *Barretes 2-C*, modelo de 1960. O “quico”, como era conhecido, tinha um cobre nuca bipartido que possibilitava, pelo menos em teoria, colocar o barrete ao contrário e destapar apenas um dos olhos. Os vários padrões de camuflado foram indistintamente usados nos vários teatros de operações.



Fig. 5: Barrete 2-G, modelo de 1961. A sua forma era semelhante à dos barretes 2-A e 2-B, à excepção do cobre nuca, que era mais comprido. O uso de emblemas neste barrete não era regulamentar. Apesar da adopção oficial do “barrete 2-G”, muitos militares continuaram a preferir o “quico”.

Fig. 6: Barrete n.º 3, modelo 1964. Esta cobertura, uma versão não camuflada do “quico”, fazia parte do *uniforme n.º 3* ou de trabalho e destinava-se a ser usado quer na metrópole quer no ultramar.



Fig. 7: Boina para caçador pára-quedista, modelo de 1955. Esta cobertura foi adoptada pelo decreto n.º 40395, de 23 de Novembro desse ano. Para evitar alterações, a sua cor foi fixada pela portaria n.º 20911 de 16 de Novembro de 1964, passando a designar-se “verde caçador pára-quedista”. Este exemplar apresenta o primeiro modelo de emblema, oficialmente usado até 6 de Fevereiro de 1961.



Fig. 8: Boina militar, modelo de 1960 (versão inicial). Do modelo aprovado para caçadores e operações especiais pela determinação n.º 14 de 28 de Setembro de 1960, era confeccionada em malha de lã castanha e tinha debrum de plástico verde com fitilhos encarnado e verde. Nos primeiros exemplares produzidos, o debrum era formado por várias secções. Este exemplar apresenta os distintivos do Regimento de Cavalaria n.º 7 pelo que o seu uso é posterior a 31 de Julho de 1961.

Fig. 9: Boina militar, modelo de 1960. Após um período inicial, as boinas produzidas pelas OGF (Oficinas Gerais de Fardamento) passaram a ter o debrum verde confeccionado a partir de uma só peça.

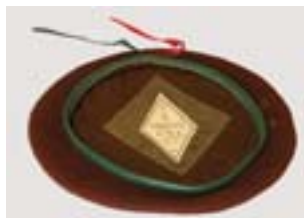


Fig. 10: Distintivo para caçadores de Moçambique, *circa* 1960. A trompa de caça, distintivo tradicional das unidades de caçadores, era usada no lado esquerdo da boina.

Fig. 11: Boina para Comando, modelo não regulamentar. Em Moçambique, algumas unidades de comandos usaram boina encarnada com fitilhos pretos a partir de 1963. No entanto, esta cor só viria a ser oficialmente autorizada pela circular n.º 315625 de 19 de Julho de 1974, da 4.ª Repartição do Estado-Maior do Exército. Este exemplar foi oferecido ao autor, então um miúdo de 12 anos, pelo Coronel Jaime Neves.



Fig. 12: Distintivo da Companhia de Comandos n.º 112, “Os Fantasmas”. Em alumínio impresso, apresenta a boina colorida de encarnado.

Pedro Soares Branco

Coberturas da Guerra do Ultramar, 1961-1974

Parte II

Em Portugal, a atribuição da boina a certas unidades militares nada teve de invulgar, uma vez que esta cobertura já era usada por corpos militares de elite um pouco por todo o mundo. Mais surpreendente foi a sua distribuição às diversas armas e serviços do exército, pela determinação nº 11 de 31 de Julho de 1961, que transformou a boina num símbolo universal do militar português (fig. 13 a 22). Inicialmente, parte das boinas distribuídas eram de cor preta, talvez aproveitando stocks da Legião Portuguesa. Mais tarde, esta cor (com fitilhos encarnado e amarelo) foi atribuída às unidades de cavalaria. Ao longo dos anos, a boina sofreu algumas alterações: em 1969, a circular nº 7/E de 3 de Julho da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército determinou que o debrum passasse a ser preto, esclarecendo-se, pela circular nº 16/E de 5 de Agosto de 1970 da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército, que o debrum devia ser confeccionado "em carneira preta em vez de plástico verde".

O estudo dos uniformes portugueses entre 1961 e 1974 reveste-se de aspectos quase melindrosos. A natureza do conflito, ainda muito próximo, suscita de tal forma o debate que nem a sua designação escapa: "Guerra do Ultramar" para uns, "Guerra Colonial" para outros. Sob o ponto de vista dos uniformes, este prolongado debate tem tido uma consequência nefasta: a falta de preservação, pelas instituições públicas, de um acervo que possa amanhã ilustrar este período. A cada dia que passa, a reunião de um tal acervo é mais difícil. Há vinte ou trinta anos, estes uniformes podiam facilmente ser adquiridos na feira da ladra. Qualquer trabalhador da construção civil usava um "quico", usavam-se na caça os "camuflados" da guerra e a generalidade dos distintivos quase não tinha cotação. Hoje em dia, a situação é muito diferente. A maioria dos uniformes e equipamentos foram destruídos. Outros foram dispersos ou vendidos a colecionadores nacionais e estrangeiros, sobretudo norte-americanos, que os procuram com afã. Alguns sobrevivem ainda, conservados por antigos combatentes ou pelas suas famílias, mas o tempo urge. Dos grandes conflitos militares que marcaram a nossa história, quase não existem uniformes: da Grande Guerra sobrou pouco, da Guerra Peninsular muito pouco e das campanhas da Restauração quase nada. É por isso urgente olhar com atenção para o que ainda temos, fotografando e descrevendo, mas acima de tudo conservando.

Fig. 13: Boina para GE (Grupos Especiais), circa 1970. Os primeiros grupos especiais foram criados em finais de 1969. O seu uniforme de parada incluía uma boina amarela com fitilhos pretos e distintivo em metal branco. Segundo alguns autores, a cor da boina variava consoante a unidade.



Fig. 14: Boina para GEP (Grupos Especiais Pára-quedistas), circa 1971. A instrução dos GEP era semelhante à ministrada no Regimento de Caçadores Pára-quedistas, em Tancos. Como distintivo, usavam uma boina grenat com fitilhos pretos, na qual era colocado um distintivo semelhante ao dos GE.



Fig. 15: Distintivos para GE e GEP. Para além do distintivo da boina, também o crachat era comum aos GE e aos GEP.



Fig. 16 e 17: Boina para Flechas, confeccionada em malha de algodão, com fitilhos encarnado e verde. Em campanha, a boina era sempre substituída pelo "quico". Em parada era, por vezes, usada com um distintivo da DGS (Direcção Geral de Segurança). A boina camuflada já fora anteriormente usada, em Angola, pela companhia de "comandos" do Tenente Alves Cardoso.



Fig. 18: Boina para OPV-DCA (Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil de Angola). O uniforme de parada incluía uma boina preta com debrum da mesma cor, fitilhos encarnado e verde e emblema de metal branco.



Fig. 19 a 21: Fabricantes de boinas militares. A partir de 1969, as OGF (Oficinas Gerais de Fardamento) passaram a ser designadas OGFE (Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento). A firma "RR" (Rodrigues & Rodrigues), uma prestigiada casa de artigos militares, representava nas suas etiquetas a "maneira correcta de colocar a boina".



Fig. 22: Embalagem para boina militar. Na embalagem, de papel, figurava o tamanho e cor da boina, bem como a cor dos fitilhos.

Agradecimentos:

Pela inestimável colaboração, gostaria de agradecer aos Srs. Coronéis Folques e Ribeiro de Faria, ao Sr. Tenente-coronel Nuno Andrade e ao Sr. Inspector Óscar Cardoso. Gostaria ainda de agradecer ao Sr. Dr. Jaime Regalado a sua amizade e a paciência, verdadeiramente evangélica, com que realizou as fotografias que ilustram este artigo.

Bibliografia:

Regulamentos oficiais citados em texto e ainda:
 Bragg, R.; Pugh, H. Portugal Elite Forces Insignia, 1951-Present. C&D Enterprises, 1995.
 Costa Matos, J.A. Os Uniformes da Artilharia Portuguesa. Edição comemorativa do 1º centenário da Revista de Artilharia, 2003.
 Machado, M.; Carmo, A. Tropas Pára-quedistas - A História dos Boinas Verdes Portugueses, 1955-2003. Prefácio, 2003. 📖

Pedro Soares Branco